

da Mesa, deputado Adalberto Freitas, enfim, os assessores à minha esquerda, à minha direita, público presente e todos os que nos ouvem e assistem através da TV AleSP. E, claro, deputa-das e deputados presentes neste Pequeno Expediente.

Eu subo nesta tribuna pelo fato de que nós estamos pas-sando um período muito difícil, deputada Janaina, nas escolas públicas do estado de São Paulo. Diz respeito à atribuição de aulas. A senhora deve ter ouvido e ter visto a reclamação que está havendo.

Qual é o problema levantado? É a injustiça que foi a apro-vação daquele subsídio, que mexeu inclusive na classificação dos professores no processo de atribuição de aulas ou em qualquer outro processo que o professor venha a concorrer na rede pública de ensino.

Em outras palavras, os professores, para pegarem aulas, têm que, na verdade, ser de acordo com a jornada. Tempo de serviço não conta mais. Fator preponderante, se eu tiver um ano de casa, um ano de serviço público, mais 64 horas-aulas, e posso passar na frente de qualquer professor ou professora que tenha 10 a 15 anos de serviço público.

Isso é um absurdo. Eu chamei a atenção para este fato. Ficou como algo a ser somado. Mas, mesmo somado, o que prepondera é o número de aulas, de jornada. Isso vai criar uma irracionalidade.

Porque, naturalmente, eu posso fazer o seguinte jogo. Eu falo “eu vou fazer opção por 64 horas-aulas, só para pegar aula; depois eu largo as aulas”. Como é que faz? A senhora entendeu?

Então isso tem que ser corrigido imediatamente. Essa atribuição de aula tem que ser revogada. E pode. O governo que ora iniciar o seu governo pode pegar esse ponto. Tem tudo para mexer aí, mas sobretudo este.

Revogar esse ponto, e deixar livre a atribuição de aulas, da forma de refazer a atribuição de aulas. Porque nós vamos ter chance, às vezes, de ver professores com experiência.

Porque experiência agrega conhecimento, nós sabemos disso. Isso não pode ser algo negativo. Pelo contrário. Eu sei o meu primeiro dia de aulas, como também sei o quarto e quinto ano de professora, o desempenho é totalmente diferente. Você, com mais tempo, tem mais autonomia para tomar decisão, estratégia, jogo de cintura, tudo.

Com a experiência, a gente... Eu sei o dia que eu vim aqui, o meu primeiro dia de tribuna. Depois, o tempo que foi. O depu-tado Frederico d'Ávila, em que pese não ter me citado, mas eu o cito e cumprimento também, ele sabe do que foi uma experi-ência, e a outra experiência que ele está tendo agora. Então o tempo agrega conhecimento. Isso é inegável.

Então nós precisamos conversar, quem tiver articulação com o governador, buscar uma saída. Porque criou uma injusti-ça dentro das escolas. E o governador chegou a prometer que ia rever essa lei do subsídio. Isso é importante, porque criou uma injustiça na atribuição de aulas.

O professor hoje pega por jornada, e não pega mais por tempo de serviço. E aí criou uma injustiça. Porque, seu eu tiver um ano e tiver mais aula, o outro, que tem 10 anos, fica sem aula. E aí, como é que faz?

Então nós estamos num momento também, e eu fico muito feliz que o Colégio de Líderes pacificou sobre o PL 42. Porque nós vamos poder, com certeza, resolver o problema da demis-são de 40 a 50 mil professores.

Espero que na semana que vem seja aprovado, exatamen-te, para que eles possam participar do processo de atribuição de aulas, que está jogado num tal banco de talentos. Para mim, talentoso é todo mundo que dá aulas, todos os professores e professoras que possam dar aulas. Então é isso. Eu acredito que nós temos que caminhar.

E quero deixar aqui o meu ponto de vista. Que, antes de qualquer ação do meu sindicato, a gente quer uma mesa de negociação. Eu acho que é isso. Depois, se o governador se negar, então a gente toma as decisões. Mas a gente quer uma mesa de negociação.

Se V. Exa. puder ser interlocutor, por favor, leve esse pedido do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, e não da deputada Bebel.

Muito obrigada, um forte abraço.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DÓ PRADO - PL - Dando sequ-ência à lista de oradores, com a palavra, a deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento Vossa Exce-lência. Eu queria falar sobre um projeto que vai ser votado entre hoje e amanhã na Câmara de Vereadores aqui de São Paulo, na Câmara Municipal. Esse projeto já foi objeto de audiência pública, que eu organizei e que aconteceu aqui na Casa. Aconteceu de forma virtual, mas o impacto da discussão é o mesmo.

Para esta discussão, eu convidei conselheiros tutelares, representantes do Ministério Público, da Defensoria, vereado-res e outras autoridades envolvidas na análise dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se do Projeto no 253, de 2021. Eu entendo que não é o caso de partidarizar ou de apontar quem é ou deixa de ser o autor; o meu objetivo aqui não é arrumar encrenca política, partidária ou ideológica.

O meu objetivo é discutir o projeto. E eu entendo que esse projeto, muito embora esteja sendo apresentado como algo bom, tem, no seu bojo, nas suas entranhas, uma mudança muito ruim. Porque às vezes vem uma ementa bonita, e os primeiros artigos são bonitos. E aí quem olha fala: “nossa, que coisa linda”, que, de certa forma, na audiência pública, foi o que eu ouvi dos primeiros participantes.

Mas esse projeto aqui, o 253, de 2021, que é o Item 40 da pauta das audiências extraordinárias que o presidente da Câmara Municipal chamou para hoje e para amanhã, traz uma alteração que diz o seguinte: as crianças e adolescentes em situação de rua na capital do estado de São Paulo não poderão ser levadas para serviço de abrigo se não desejarem seguir os profissionais que fizerem a abordagem.

E esse projeto diz, ainda, que uma vez abrigadas, uma vez acolhidas, estas crianças e adolescentes poderão sair do serviço de acolhimento a qualquer momento, durante as 24 horas do dia. Então, é um projeto apresentado como um projeto que disciplina, que protege crianças e adolescentes em situação de rua, só que lá no Art. 23, nos incisos III e V, na verdade o projeto desprotege.

Quando eu discuti esse... Deixe-me cumprimentar o Artur-zinho. Tchau, Arturzinho; obrigada pela visita, lindo. Viu? Tchau para a família e para os amigos do Arturzinho também. Obrigada pela visita.

Por que eu mergulhei nesse projeto? Porque começaram a sair notícias, presidente, no “Estado de S. Paulo”, de crianças e adolescentes morando no vão do Masp. Eu falei: “mas não é possível que na capital mais rica da América Latina as crianças estejam morando, e não aconteça nada”.

Aí eu fui visitar a Secretaria de Desenvolvimento Social aqui do município, fui visitar todas as outras secretarias, fui conversar com assistentes sociais, com conselheiros tutelares.

E eles disseram o seguinte: “doutora, se a gente chegar para a criança ou para o adolescente e disser ‘olha, vem comigo para o serviço de acolhimento’, e ele disser ‘não quero”, nós não podemos levar”.

Eu falei: “mas como assim? Eles dormem na rua?”. “Dor-mem, eles dormem na rua”. “E onde é que está escrito isso?”. “Á! a resposta que eu recebi dos técnicos foi a seguinte: “no ECA”.

Eu falei: “está, não”. Não está, porque eu não só estudei o ECA como aluna, mas eu ministrei o ECA na Universidade

de São Paulo. Então, isso não está no ECA, isso não está na Constituição.

O que está no ECA e na Constituição é a proteção integral de crianças e adolescentes. “Não, mas se eles não fizeram nada, a gente não pode levar à força”. Eu falei: “não confunda serviço de acolhimento com Fundação Casa”. Fundação Casa, sim, é para quem pratica ato infracional. Serviço de acolhimento é para criança e adolescente que está em situação de vulnerabilidade.

Aí nós descobrimos, em pesquisas no gabinete, que esse projeto estava em andamento, para na verdade colocar na lei municipal o que na prática eles já praticam, já executam.

Então, se esse projeto for aprovado pela Câmara entre hoje e amanhã, essas crianças, que já estão abandonadas à sua pró-pria sorte, vão ficar, de maneira fundamentada, pelo menos por uma lei municipal, na rua da amargura.

Presidente, eu fui visitar os serviços de acolhimento da Capital. São bons. São casas dignas, como a casa, por exemplo, em que eu fui criada pela minha família, casas dignas.

Então, não tem nenhum desrespeito aos direitos funda-mentais tirar uma criançá que está dormindo embaixo de uma ponte, no vão do Masp, no meio aqui da Cracolândia, conforme preferiam chamar, e levar para um serviço de acolhimento desse.

O que não pode é o estado, que, pela Constituição, tem o dever de proteger, dizer o seguinte: “olha, eu chamei. Olha, nós queremos levar você para o serviço de acolhimento. Eu chamei. Ele disse que não queria. Então, eu não posso fazer nada, por-que está na lei.”

Só que é o seguinte, nós levantamos até nomes, além dos inquéritos dos tais pais e mães de rua, que constream, pre-sidente, a criança a dizer “não”, porque abusam sexualmente, porque usam para fazer aviãozinho. Então, é disso que nós estamos falando.

Então, eu venho reiterar o que pedi hoje pela manhã nas redes sociais aos senhores vereadores, de todos os partidos, não importa, e acredito que até os vereadores que assinaram esse projeto - que ele é muito bonito na maior parte - não perceberam essa armadilha.

Eu peço a todos os vereadores que ou não aprovem o projeto, ou tomem o cuidado de extrair essa parte perigosíssi-ma, para a proteção à saúde, à vida e, sobretudo, à dignidade sexual de nossas crianças e adolescentes em situação de rua, e que estão nas ruas sozinhas, a meu sentir, por negligência das autoridades municipais, estaduais, e até federais.

Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Presidente, havendo acordo de lideranças, e não tendo mais colegas para fazer o uso da palavra, eu rogo a V. Exa. o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental. Antes, porém, de dar por levantada a sessão, quero parabenizar a deputada Janaina Paschoal, como grande advogada, conhe-cedora das leis, preocupada realmente com essa questão das crianças e adolescentes, que para nós é uma vergonha muito grande ver essas crianças, e uma responsabilidade muito gran-de nós, enquanto agentes público, independente de partidos, como a doutora colocou, realmente a gente fazer esse debate.

Eu acho que esse posicionamento que a doutora colocou vai ajudar muito a Câmara Municipal nesse período até a votação, e reavaliar esse artigo, que talvez seja prejudicial ao projeto, e, mais uma vez, parabéns à deputada Janaina Pascho-al, pela sua contribuição.

Mesmo sendo um projeto da Câmara Municipal, sempre atenta a toda a questão jurídica nesta Casa e no Estado. É um orgulho para nós nesta Casa ter uma pessoa tão conhecedora quanto a doutora.

Não havendo mais oradores inscritos, está levantada a presente a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 53 minutos.

\*\*\*

## 8 DE DEZEMBRO DE 2022 146ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - RICARDO MELLÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - RICARDO MELLÃO

Para comunicação, faz pronunciamento.

4 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Cumprimenta os vereadores mirins de Nova Europa, presentes nas galerias.

5 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Endossa o pronunciamento do deputado Gil Diniz.

7 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

8 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 12/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Depu-tadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Imediatamente dou por aberto o Pequeno Expediente iniciando a leitura dos oradores inscritos, chamando à tribuna a nobre deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputa-do Frederico d'Ávila. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.)

Deputada Janaina Paschoal. Sigo na Presidência, não farei uso da palavra. Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Luiz Fernan-do. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alzug. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Teo-nílio Barba. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.)

Encerrada a lista principal de oradores inscritos, abro a Lista Suplementar chamando à tribuna o nobre deputado Vini-cius Camarinha. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputa-

do Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.)

Deputado Ricardo Mellão, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sra. Presidente, senhores todos aqui presentes no plená-rio, servidores da Casa, assessorias e quem nos acompanha aí na Rede AleSP, eu queria expor uma situação aqui para que as pessoas tenham noção da realidade do porquê muitas vezes um deputado tem dificuldade de exercer a sua própria função.

Além de votar projetos de lei, fazer projetos de lei, eu talvez considere a função mais importante que o deputado hoje possui é a de fiscalização do Poder Executivo, e a gente faz isso através de requerimentos de informação, que obrigatoriamente têm que ser respondidos pelo governo; a gente vai buscar a informação.

Toda vez que a gente recebe uma denúncia ou algum cida-dão reclama de um órgão específico, de um serviço específico, a gente pode enviar requerimentos de informação para saber exatamente se confere aquilo, qual que é a situação daquele órgão, enfim. Olhe essa situação aqui.

Eu vou pegar uma situação prática justamente para most-rar aquilo que, infelizmente, eu vou chamar aqui de descaso do Governo do Estado de São Paulo com o deputado no exercício da sua função. Eu enviei aqui um requerimento de informação. É o Requerimento nº 740, de 2020, gente.

Ou seja, enviei esse requerimento em 2020, mais preci-samente no dia 23 de novembro de 2020. A regra vigente diz que toda vez que a gente envia um requerimento, o governo é obrigado a responder em 30 dias. E qual que foi o meu requeri-mento aqui no caso?

No meu trabalho de fiscalização eu decidi focar... Eu sei que são várias áreas que precisam ser fiscalizadas no estado de São Paulo, mas eu decidi focar naquela que eu entendi onde havia os maiores prejuízos, que são as obras paradas, as obras atrasadas, enfim. São coisas que nós sabemos que tem bastante e tem até um painel do Tribunal de Contas do Estado.

E na época eu lembro que vendo esse painel - que, aliás, parabéns ao Tribunal de Contas do Estado por existir esse pain-el, porque se não existisse talvez nós nem saberíamos quantas obras nós temos aí nessa situação - um dado me chamou muito a atenção.

Nós tínhamos lá já gastos mais de sete bilhões de reais em obras que eu não digo nem que estavam atrasadas; eram obras completamente paradas. Sete bilhões de reais, ou seja, gastos em verdadeiros esqueletos a céu aberto. Orais que nós estavam prestando serviço nenhum e que com certeza, para retomá-las, você precisaria ainda ter um custo adicional, já que muitos dos materiais deterioram.

E aí, até por meio de uma denúncia de um cidadão do bairro do Brooklin, eu descobri que existia ali um prédio que era para ser sede da Polícia Técnico-Científica e de um batalhão da Polícia Militar ali no local, um prédio que estava parado tam-bém, completamente parado.

Por meio da denúncia disseram para mim que era um órgão do Governo do Estado. Eu fui ao Painel do Tribunal de Contas do Estado e não localizei esse prédio. Eu queria saber a situação dele, a história dele. Não localizei esse prédio em lugar nenhum desse painel.

Aí eu descobri que, além do Painel do Tribunal de Contas do Estado, existia uma outra categoria, que não estava sendo contemplada lá: a das obras abandonadas. Ou seja, não são nem as obras atrasadas, nem as obras paralisadas: são obras completamente abandonadas.

Simplesmente nesse prédio não foi efetuada a mudança do Batalhão. O Batalhão, se não me engano, juntou dois batalhões ali. Não tiveram mais interesse e ficou ali sob a supervisão da Polícia Técnico-Científica, que não deu rumo aquilo. Talvez não tenha tido interesse em prosseguir, ou recursos, enfim, é uma obra... olha gente, esse prédio foi parado, essa obra do prédio foi parada em 2013, para vocês terem noção.

Acho que em 2012 ou em 2013. É um terreno valioso, gente. É um terreno que, pelo que eu calculei, o prédio, do jeito que está, naquela área nobre, deve valer aí pelo menos uns 20 milhões de reais. É um dinheiro que não está sendo usado. Mas, enfim, sabendo disso, eu enviei...

Pego, presidente, se puder prosseguir aqui, não havendo outro orador. Obrigado. Aí, o que acontece, vendo essa situação, eu falei: “Não, espere aí. Como assim temos aqui uma catego-ria de obras que não se encontram no Tribunal de Contas do Estado?”

Eu imaginei obviamente a gente estando aqui em um Esta-do que é a maior potência do País, que temos aí o Governo de Estado com maior orçamento, muito acima dos outros.

Eu falei: “Bom, eles devem ter um controle disso”. Então, eu simplesmente, na minha tarefa de fiscalização, falei: “Vou enviar um requerimento para o governo questionando justa-mente quais são as obras desta categoria, abandonadas, que não se encontram no Painel do Tribunal de Contas do Estado, e justamente pedindo informações sobre elas: quais seriam essas obras, esses imóveis, que estão nessas situações, quais os moti-vo de essas obras terem sido abandonadas, o valor financeiro já desembolsado pelo Estado nessas obras, enfim, e o destino que o governo pretende dar a cada uma delas”.

Não dá para ficar nessa situação, é prejuízo para o pagador de impostos. Aliás, muitas dessas obras viram locais ali de uso de drogas, você tem crimes ali sendo praticados, você tem furtos. É terrível, gente. Você prejudica toda uma região. Obra parada tem um prejuízo muito maior do que apenas a sua paralisação.

Vamos lá, vou contar aqui como se deu essa novela: ela começa aqui dia 23 de novembro de 2020. Perfeito. Passou dezembro, janeiro, nada de resposta. No dia 3 de fevereiro de 2021, houve a reiteração aqui para o governo responder esse requerimento que estava sem resposta, feito até na época pelo presidente que estava aqui, que era o Cauê Macris. Depois, virou o secretário da Casa Civil, justamente responsável por receber e encaminhar esses pedidos.

Vamos lá. Segunda reiteração: nada de resposta. Dia 25 de março, segunda reiteração. Nenhuma resposta. Terceira reitera-ção, 19 de maio de 2021: nada de resposta. Quarta reiteração: 30 de junho de 2021: aqui já foi muito além daquele prazo de 30 dias, que se encontra até no Regimento aqui, que depois eu vou citar. Detalhe, gente: 17 reiterações, a última foi no dia 28 de outubro de 2022, ou seja, estamos falando aqui de dois anos que eu fiz esse pedido de informações sem obter nenhuma resposta.

E queria até agradecer ao Rodrigo, que é o secretário geral parlamentar aqui, por ter tido essa persistência de a todo momento, a cada mês, lembrar que o Governo estava devendo essa resposta.

E olha gente, é um absurdo! Quando você recebe a respos-ta... Falei: “Bom, imagino que por dois anos devem ter passado um pente fino em cada secretaria, devem ter achado tudo, elencado, feito um material fantástico para mim com todo o histórico, com todas as informações.”

Pelo tempo demandado - num estado, num governo com a estrutura do Governo de São Paulo - eu imaginei que seria algo assim. Detalhe, gente: recebo aqui nenhuma resposta pratica-mente, de nem uma ou outra secretaria.

A única que se prontificou a me responder foi a Secretá-ria de Segurança Pública, que citou como caso de uma obra abandonada o prédio do Brooklin - justamente aquele que eu apontei como exemplo na justificativa do meu requerimento - dizendo que, como não houve mais interesse...

É uma resposta do Coronel Camilo explicando a situação, contou aqui o histórico dessa obra. E mostrou que como não

havia mais interesse da Polícia Militar em instalar ali um bata-lhão, uma companhia da PM, simplesmente ficou sob inteira responsabilidade da Polícia Técnico-Científica.

E a Polícia Técnico-Científica me responde, o superinten-dente de lá, que não há imóveis nessa condição de abandonado sob a tutela da superintendência da Polícia Científica. E acabou gente, mais nenhuma resposta.

Isso é um desrespeito, isso é um absurdo com a figura do Parlamentar, do deputado, de um representante da população paulista, que nada mais está fazendo que o seu trabalho de fiscalizar porque foi eleito para isso e é cobrado por isso, pela população.

Então, eu manifesto aqui a minha indignação diante desse fato e gostaria de relembrar que na própria Constituição do Estado, do seu Art. 20º, inciso XVI, ele mostra claramente que compete à Assembleia Legislativa esta competência de requisit-iar informações dos secretários do Estado.

E relembrar que no Art. 166º, do regimento dessa Casa, no seu parágrafo terceiro mais precisamente, ele fala que “encaminhando um Requerimento de informação, se esta não for prestada - no caso, a informação - dentro de 30 dias, o presi-dente da Assembleia fará reiterar o pedido mediante ofício que acentuará aquela circunstância”, mostrando claramente aqui que essa é uma obrigação que eles têm e não foi cumprida.

Inclusive, a Constituição fala aqui no inciso XVI, que eu já citei aqui, importando crime de responsabilidade não só a recu-sa ou o não atendimento no prazo de 30 dias, senão também o fornecimento de informações falsas. Ou seja, isso implica em crime de responsabilidade.

Então, eu simplesmente - eu não vou falar que pedi porque eu já desisti de pedir - quero manifestar minha indignação, o desrespeito, o descaso de um Governo que não se reelegeu e que agora simplesmente ignora por completo a figura do depu-tado aqui nessa Casa.

Então, vim aqui manifestar minha indignação. Desculpa, não dá para aceitar isso como resposta e por isso que eu estou expondo aqui à população essa situação triste do Governo, que é aquele que tem o maior orçamento do País.

O Governo do maior estado do País nem sequer consegue responder em dois anos uma informação básica que a popula-ção deveria saber de pronto, já que é o dinheiro dela que está sendo gasto aqui.

Muito obrigado, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos Sr. Deputado.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Pela ordem, presidente

A SRA. PRESIDENTE - JANINA PASCHOAL - PRTB - Pois não, deputado?

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Não havendo nenhum outro orador aqui no plenário, queria pedir o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANINA PASCHOAL - PRTB - É regi-mental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última terça-feira.

Como amanhã tem o jogo do Brasil, e obviamente todos desejamos a vitória, houve aqui uma deliberação para que não ocorresse o plenário.

Muito obrigado, presidente.

Deputada, V. Exa. vai fazer uso da palavra? Não? Para que não ocorresse o plenário nas datas de jogo. Então nós não teremos o plenário amanhã, voltaremos na segunda-feira, e para segunda-feira o presidente já convocou o Colégio de Líderes com uma pauta bastante extensa.

Meu colega Mellão deve ter recebido também, com uma pauta bastante extensa, com votações muito importantes, não só para a Casa como para São Paulo, e é provável que haja sessões extraordinárias já na segunda-feira.

Então já fica esse anúncio público aqui para que aqueles que corretamente gostam de acompanhar os nossos trabalhos possam se programar. E é isso.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Perdão, pois não.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - PARA COMUNICAÇÃO -

Só para saber, vejo que tem um grupo que veio acompanhar os trabalhos hoje aí...

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Ah, é verdade.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - De onde é?

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nova Europa? Escola Municipal de Nova Europa. Sejam muito bem-vindos. Se puderem focalizar os estudantes ali, sejam bem-vindos.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Parabéns por compare-cerem aqui para acompanhar os trabalhos. Muito importante.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Que bom. São os vereadores mirins.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Ah, vereadores mirins, olha que legal.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Que benção, que bom. Parabéns.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Peça para eles descerem aqui para o plenário. Assim que acabar aqui a sessão eles vão poder. É bacana aqui. Não sei se vocês vão fazer o tour aqui, mas estão convidados para conhecer.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Que bom.

Agradecendo a visita dos vereadores mirins, desejo uma excelente tarde a todos...

Perdão, tem um colega chegando.

O colega vai fazer uso da palavra? Vai fazer?

Como eu ainda não levantei a sessão, muito embora tenha sido requerido, o texto quase todo lido, eu vou...

Vossa Excelência quer que eu abra o Grande Expediente? Que eu já encerrei o Pequeno.

O SR. GIL DINIZ - PL - Posso falar pelo Pequeno Expediente?

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Já ins-crevo V. Exa., já chamo V. Exa. à tribuna pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, presidente.

Boa tarde, presidente, deputada Janaina Paschoal; boa tarde, deputada Edna Macedo; boa tarde, deputado Ricardo Mellão; boa tarde ao público aqui na galeria, aos assessores, aos policiais militares e civis, público que nos assiste pela Rede AleSP; presidente, obrigado por me dar essa oportunidade de subir à tribuna nesta tarde.

Quería mandar o meu abraço à comunidade católica do estado de São Paulo. Hoje, dia 8 de dezembro, Dia da Nossa Senhora Imaculada Conceição, a Igreja está em festa, é um dia de preceito e quem é católico e puder comparecer hoje à igreja, comungar, estar em estado de graça tem aí a sua indulgência plena. Então meu abraço a todos os católicos do estado de São Paulo.

Mas, presidente, vim aqui a esta tribuna na tarde de hoje falar, repercutir aqui o que está acontecendo não só no Brasil, e agora nesse momento no Peru, um golpe de estado peitado pelo presidente, diga-se de passagem apoiado pelo Partido dos Trabalhadores, apoiado pelo descondenado Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, e o seu partido.

Querem agora pintar o presidente do Peru como um con-servador. A GloboNews ontem, o jornalista internacional que cuida da América do Sul dizendo que o Castilho tem um viés conservador, inclusive em vários momentos o comparando ao presidente Bolsonaro. Vejam só, um sindicalista ali da extrema esquerda sendo comparado ao presidente Bolsonaro